

O Turismo como Estratégia Privilegiada para promover um Desenvolvimento Social Inclusivo - Estudo multi-caso (Pemba, Moçambique)

Arsília Maiela

arsiliamaiela@hotmail.com

Mestre em Desenvolvimento Local e Gestão de Turismo
Faculdade de Gestão de Turismo e Informática da
Universidade Católica de Moçambique

Fernando Canastra

fcanastra@ucm.ac.mz

Professor Associado
Instituto Integrado de Apoio à Investigação Científica da
Universidade Católica de Moçambique

Resumo

A Organização Mundial de Turismo (OMT, 1996), organização que superintende o turismo, realça o papel desta actividade humana como sendo uma das actividades promissoras no campo do desenvolvimento económico e social. Por sua vez, o *Relatório de Desenvolvimento Humano* (RDU, 2013) considera que o “desenvolvimento social” visa melhorar os indicadores de bem-estar económico e social e aumentar a qualidade de vida das pessoas e das comunidades. É neste contexto que se inscreve o presente estudo, procurando explorar as potencialidades desta relação. O principal objectivo do estudo foi perceber como é que os diversos actores locais participam neste processo de desenvolvimento do turismo. Neste sentido, optámos por um estudo multi-caso, recorrendo a um conjunto de técnicas de recolha e análise de dados: análise documental, entrevistas semi-estruturadas e observação não participante. A resposta, dada à problemática em estudo, sugere que as comunidades locais tendem a não ser envolvidas neste processo, como actores que devem tomar parte activa na tomada de decisão. Com efeito, o investimento no turismo, como estratégia de desenvolvimento social inclusivo, passa, inevitavelmente, pelo modo como os diversos actores, implicados neste processo, são chamados a participar enquanto “actores capazes”, reconhecendo-lhes os seus direitos culturais.

Palavras-chave: Turismo, Desenvolvimento Social, Qualidade de Vida, Actores Locais, Direitos Culturais.

Abstract

The World Tourism Organization (UNWTO) which regulates tourism, distinguishes the role of this human activity as being a promising activity within the field of economic and social development. The Human Development Report (2013) considers 'social development' as a mechanism for improving the indicators of social and economic well-being and quality of life of people and their communities. It is within this context that this study aims to explore the potential of this relationship. The principal objective of this study was to understand how various local actors participate in the process of tourism development. We chose a multi-case study methodology using a set of data collection and analysis instruments: document analysis, semi-structured interviews and non-participant observation. Findings indicate that local communities tend not to be involved in tourism development process as actors who ought to take part in the decision-making process. Investment in tourism as a viable socially inclusive development strategy is, in reality, related to the way in which participants are only involved, and their cultural rights respected, when they are perceived as 'capable actors' in the process.

Key Words: Tourism; Social development; Quality of life; Local actors

Introdução

O Turismo é um sector de trabalho intensivo e abrangente em termos de habilidades e níveis de formação. Integra todos os graus de habilidades, do mais complexo ao mais simples, envolvendo todas as camadas sociais. Dada a sua característica transversal, o turismo pode estimular o mercado de emprego nos outros sectores da economia, como refere o *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Turismo em Moçambique*.

O potencial do Turismo em Moçambique é invejável: 2700km de litoral tropical, biodiversidade de grande valor ecológico, incluindo espécies endémicas, e um património histórico-cultural bastante rico. A zona norte de Moçambique pode designar-se como sendo a “jóia do turismo”, relativamente virgem com “o arquipélago das Quirimbas”, selva intacta, praias cristalinas de lindas paisagens e com ambientes propícios ao turismo, constituem factores que fornecem, em termos de qualidade e biodiversidade, uma experiência única de turismo.

A cidade de Pemba, por se localizar na zona norte do País, concretamente na província de Cabo Delgado, é convergida pela terceira baía do mundo e considerada “a pérola do Índico” pelas suas belas praias de águas cristalinas, de um ambiente tranquilo e com paisagens esplêndidas, que contribuem, de forma relevante, para o desenvolvimento do turismo.

Este estudo tem como objectivo compreender as razões que estão na base dos investimentos realizados no sector do turismo, na cidade de Pemba, e analisar os seus reflexos no quadro social das respectivas comunidades.

A motivação, que este esteve na base do estudo desta problemática, inscreve-se na necessidade de perceber o modo como os investimentos em turismo, nas comunidades de Wimbe e Marringanha, no Município de Pemba, tendem a produzir mudanças no tecido social e a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Tendo como quadro de fundo este contexto, o principal objectivo deste estudo visa perceber o modo como os diversos actores locais participam nas decisões tomadas em torno dos investimentos realizados no sector do turismo, no Município de Pemba. Assim a pergunta de partida, que orientou este estudo, foi a seguinte: *Como é que os investimentos realizados no sector do turismo implicam os diversos actores locais na tomada de decisão?*

Esta necessidade de implicar os “diversos actores locais” é essencial devido à proliferação de investimentos provenientes do estrangeiro. Importa, por isso, criar uma cultura de responsabilização colectiva que inscreva estas iniciativas, ligadas ao sector do turismo, numa óptica de desenvolvimento social inclusivo (Copans, 2010).

A nível Internacional, os serviços de turismo e de viagens estão a surgir como os impulsionadores principais da economia no século XXI. As chegadas, nos diferentes destinos, evidenciam um crescimento de 25 milhões em 1950 para 682 milhões em 2001. As receitas geradas no turismo atingiram 476 biliões de dólares americanos em 2000, o que significa um crescimento de 4.5% em comparação com o ano de 1999. O estudo da Organização Mundial do Turismo (OMT) prevê que em 2020, a chegada de turistas

aos vários destinos no mundo alcançarão cerca de 1,6 biliões. Estes turistas gastarão cerca de 2 triliões de dólares americanos (PEDTM-2003-2014).

A nível nacional, em 2001, entraram no país, através das fronteiras da zona sul, cerca de 400.000 turistas, que correspondem a cerca de 80% das chegadas na Tanzânia, que é um país com as mesmas características naturais e linhas de produto, mas sem a proximidade e rotas directas de acesso em relação à África do Sul (PEDTM-2003-2014). O “Plano Estratégico de Desenvolvimento da Província de Cabo Delgado” (PEDPCD, 2010-2014) caracteriza a província de Cabo Delgado como um grande potencial turístico, baseando-se nas condições climáticas, recursos cinegéticos, bem como a riqueza do património histórico e cultural. Entretanto o grau de desenvolvimento de turismo actual da província turística é baixo e circunscreve-se à cidade de Pemba (eixo Pemba- Murrébuè-Ibo), às ilhas e alguns pontos do litoral e às actividades muito restritas relacionadas com o turismo cinegético.

Turismo é um fenómeno difícil de descrever. Wells (1998 cit. em Morrison, 2000, p.5) define o “turismo como uma indústria ou conjunto de indústrias que produzem bens e serviços similares e que, entretanto, estão em competição umas com as outras.” Segundo Britton (1979, cit. em Hall 2003) o “turismo é um fenómeno variável e distribuído no espaço e tempo e pode ser abordado em vários ramos geográficos. A localização dos mercados e destinos, o fluxo de pessoas, capital, bens e ideias constituem o centro do turismo. Influenciam na forma, no uso e na protecção do ambiente”

A Organização Mundial de Turismo (OMT, 1996), especializada na agência da Nações Unidas para o turismo, com sede em Espanha, define o “turismo como um conjunto de actividades de pessoas, viajando e que permanecem em lugares fora do seu ambiente normal não mais de um ano para lazer, negócios e outros motivos não relacionados com actividades remuneradas no lugar visitado.”

O investimento turístico tem sido prioridade para o governo de Moçambique, permitindo o aumento do número de visitantes estrangeiros como um conjunto de acções promovidas pelo Ministério do Turismo (MITUR). Em 2010, o sector de turismo, a nível nacional, arrecadou 741 milhões USD norte-americanos, contra 616 milhões USD de 2009 (Boletim Informativo do MITUR, 2007), com um crescimento na ordem de 83.1% milhões de USD norte-americanos.

Como um sector de investimento prospectivo, o turismo em Moçambique tem estado a registar avanços significativos, tendo nos últimos anos (período 1998 – 2010) registado em 16% de aplicações de investimentos totais em Moçambique. Com um investimento total de 1,3 bilhão USD, o turismo passa a ser o terceiro maior sector em investimento no país, depois da indústria (33%) e energia e recursos naturais (18%) (CPI, 2002, citado em PEDTM-2003-2014).

Reconhecendo as oportunidades que o sector de turismo oferece para o crescimento económico e a criação de trabalho, o Governo de Moçambique criou, em 2000, o Ministério do Turismo. Em 2001, foi transferida a responsabilidade das Áreas de Conservação do Ministério de Agricultura para o Ministério do Turismo (PEDTM-2003-2014).

É neste contexto que o Ministério de turismo desenvolveu um plano de acção para a redução da pobreza absoluta, considerando o sector do turismo como um “sector complementar” por se encontrar intrinsecamente ligado a muitas das prioridades primárias, o que lhe confere um papel importante no desenvolvimento económico e social do País. Referência particular é feita, no PARPA (II), ao papel do

turismo no estímulo da procura para bens localmente produzidos, contribuindo então para a criação de mais oportunidades de emprego e para a importância da criação de uma cultura de “turismo doméstico,” como estratégia do aumento das receitas globais do turismo (PEDTM, 2004-2013).

No âmbito económico, o turismo, para além de gerar emprego, rendimento nas comunidades locais, pode também desequilibrar as economias pela concentração do trabalho no sector de serviços, exportação de recursos para outros países, por meio de empresas multinacionais, para compra de bens e serviços, bem como para anúncios e campanhas de marketing. No campo sociocultural, a actividade turística pode promover o desenvolvimento social, valorizar e contribuir para a preservação e recuperação de sítios e monumentos de reconhecida importância histórico-cultural e conservação da herança cultural. Por outro lado, pode produzir mudanças significativas na estrutura social e no comportamento, assim como nos próprios padrões culturais da comunidade local (Acerenza, 2002).

O Turismo é um enorme catalisador económico, pois os visitantes gastam dinheiro directamente em hotéis e fora destes, gerando emprego directo e indirecto e rendimento dentro da economia nacional (PEDTM, 2004-2013). O mais popular método para estimar os rendimentos gerados pelo turismo é determinando o efeito multiplicador no turismo (WTO, 1997).

O Turismo no quadro de um desenvolvimento social inclusivo

Após esta breve contextualização político-económica, importa, agora, introduzir alguns elementos reflexivos em torno de alguns conceitos e significados associados ao turismo, como uma actividade promotora de desenvolvimento social.

O conceito de desenvolvimento, para Todaro (1997), revela diferentes significados de acordo com o ponto de vista conceptual defendido. No sentido económico, o termo desenvolvimento significa a capacidade de uma nação gerar taxas de crescimento anuais na produção nacional (PIB). A medida alternativa usada para medir as taxas de crescimentos anuais é o Produto Interno Bruto (PIB).

Por sua vez, Cistac (2007, p. 20) considera que o desenvolvimento é a capacidade de satisfazer adequadamente as necessidades básicas humanas, tais como, alimentação, habitação, saúde, água, educação e protecção social. Quando estes bens e serviços faltam de uma forma drástica, está-se perante um estado de indigência ou de subdesenvolvimento.

Também, para Vasconcelos (1998), há desenvolvimento quando o crescimento económico é acompanhado pela melhoria da qualidade de vida, ou seja, quando os recursos dos diferentes sectores da economia melhoram os indicadores do bem-estar económico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia, entre outros).

Ainda, para Vinod (2000), o desenvolvimento social tende a estar associado ao bem-estar e qualidade de vida das populações e das comunidades locais. Considera-se que um país é socialmente desenvolvido quando a sua população tem níveis satisfatórios em termos de qualidade de vida. Contudo, estes “níveis

satisfatórios” nem sempre se conseguem medir com objectividade, o que significa que só a comparação entre duas ou mais populações é que permite avaliar o nível de desenvolvimento social de um país.

Todavia, este “exercício comparativo” torna-se difícil de concretizar, exigindo uma equação entre a proporção de pessoas que têm as suas necessidades básicas satisfeitas (alimentação necessária para atender aos requisitos nutricionais mínimos, trabalho, escola, hospital e assistência médica, moradia servida de água tratada, esgotamento sanitário, energia eléctrica e colecta de lixo) e a comparação destas proporções entre países, ou entre regiões de um mesmo país.

Segundo o PNUD (2013), ao falar-se de desenvolvimento humano não podemos dissociar o desenvolvimento económico do social. Assim, o crescimento, que implica aumento da produção e da produtividade do sistema económico, amplia as opções oferecidas aos seus habitantes, assegurando-lhes oportunidades de emprego produtivos e adequadamente remunerados. Sendo o turismo uma actividade económica em crescimento, ainda que com uma mão-de-obra pouco qualificada, mostrou ser um sector mais flexível que outros sectores tradicionais de manufactura ou agricultura, permitindo a existência de uma actividade económica informal que se expande com facilidade (UNEP, 1998).

Por conseguinte, o entendimento do desenvolvimento do turismo, numa óptica de promoção do bem-estar social e económico das pessoas e das comunidades, qua garanta a qualidade de vida das mesmas, orienta o debate, neste sector, para uma outra direcção: o turismo tende a ser perspectivado como uma estratégia privilegiada para promover um desenvolvimento social inclusivo (Copans, 2010).

O presente estudo procurou privilegiar este “olhar social e comunitário”, realçando o papel dos diversos actores locais enquanto “decisores activos” deste processo emergente de desenvolvimento do turismo em Moçambique e, em particular, no município de Pemba.

Opção metodológica

Enfoque privilegiado

Considerando o nosso objecto de estudo, a opção mais ajustada foi o recurso a uma metodologia de estudo de caso múltiplo, uma vez que envolvemos duas comunidades (Wimbe e Maringanha), também conhecidas por Eduardo Mondlane, com características distintas.

Adoptou-se esta modalidade de estudo multi-caso pelo facto de nos permitir uma maior compreensão deste fenómeno singular e complexo (Yin, 2001). O estudo multi-caso proporciona uma maior abrangência das percepções em contexto, não se limitando às informações recolhidas a partir de um grupo homogéneo, mas procurar auscultar a “polifonia de vozes” que tendem a estar implicadas nestes processos comunitários e culturais.

As amostragens por caso múltiplo “são sociologicamente mais frequentes, pois demonstram bem as condições de generalização que são diferentes em cada uma das amostragens sugeridas” (Guerra, 2006, p. 45). A execução de amostragem por caso múltiplo, no nosso caso, permitiu-nos estabelecer uma relação entre as comunidades de Wimbe e Maringanha (Pemba, Moçambique), dando conta da diversidade de perspectivas (pontos de vista) em jogo.

Participantes

O nosso objecto de estudo inscreve-se, como já foi referido, num enfoque compreensivo e interpretativo (Flick, 2005). Por isso, o estudo efectuado não pretendeu gerar uma amostra com representatividade estatística. De facto, como refere Isabel Guerra (2006, p. 39), neste tipo de estudos, em bom rigor, não se deve falar de amostragem, pois não se procura uma representatividade estatística, mas sim uma “representatividade social”, dando ênfase aos conceitos de diversidade e de saturação do material recolhido dos participantes:

- a) Diversidade, pois dever-se-á garantir que a utilização das entrevistas se faça tendo em conta a heterogeneidade dos sujeitos ou fenómenos que estamos a estudar;
- b) Saturação, uma vez que devemos saber o momento em que o investigador deve parar a recolha de dados, evitando um desperdício inútil de provas, de tempo e dinheiro (Guerra, 2006, pp. 40-42).

Partindo destes critérios metodológicos, os participantes nesta pesquisa foram seis gestores de hotéis (EGH), sete gestores do governo (EGG), quatro representantes das comunidades locais (ERCL) e dez colaboradores no sector do turismo (ECST). O critério que esteve na base desta escolha, para além do seu papel enquanto informadores privilegiados, foi o facto de terem aceite o convite que lhes foi formulado para colaborarem neste estudo.

Técnicas de recolha e análise de dados

No que concerne ao processo de recolha e análise de dados, seleccionámos as seguintes técnicas: (a) análise documental, (b) entrevistas semi-estruturadas e (c) observação não participante (Flick, 2005). Quanto ao modelo de análise do *corpus* de dados produzido no decorrer da pesquisa, optámos pela análise de conteúdo numa perspectiva qualitativa, definindo categorias e subcategorias a partir de um movimento dialéctico que procurou combinar os contributos teórico-conceptuais com os dados empíricos recolhidos (Guerra, 2006).

A análise documental permitiu-nos identificar as grandes linhas directrizes induzidas dos documentos consultados no âmbito deste estudo, em matéria de orientação política no sector do turismo.

As entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas a um conjunto de informadores privilegiados que, pelos cargos e funções que ocupam, nos permitiram ter acesso a dados pertinentes, no que concerne ao sector do turismo, tendo como preocupação de fundo perceber a relação entre o investimento realizado no sector do turismo e as suas implicações em termos de desenvolvimento social inclusivo.

A observação não participante foi outra técnica usada, uma vez que, globalmente, a interpretação realizada em torno dos dados recolhidos resultou, também, da percepção que os investigadores foram construindo pelo contacto com a realidade empírica estudada.

Apresentação dos dados

Todo o material recolhido numa pesquisa de “tipo qualitativa” é geralmente sujeito a uma análise de conteúdo (Guerra, 2006). Para a análise e interpretação dos dados recolhidos, no nosso estudo, optámos por organizar os dados em torno de categorias de análise e unidades de registo.

Assim, formulámos as seguintes categorias:

Categoria A: Qualidade de vida

Nesta categoria, pretendeu-se perceber como é que os principais actores locais perspectivam o desenvolvimento do turismo e a sua relação com a melhoria do bem-estar social e o aumento da qualidade de vida nas comunidades locais.

Categoria B: Desenvolvimento social

Nesta categoria, procurou-se perceber o modo como os investidores e poderes públicos organizam estratégias de promoção de participação comunitária, dentro deste sector emergente, como é o turismo.

CATEGORIA B: QUALIDADE DE VIDA

O conceito de qualidade de vida é, como facilmente se depreende, um conceito difícil de medir. O nosso propósito foi, essencialmente, perceber o sentido que cada um dos nossos interlocutores atribui a este conceito polissémico, partindo dos seus próprios relatos. As respostas de alguns entrevistados (a título meramente ilustrativo), que apresentamos de seguida, trazem-nos alguns elementos compreensivos em trono deste questionamento:

Um Gestor do Governo local, realçando a política de garantia da qualidade em matéria de condições laborais, afirma: “Aplica-se o n.º23 artigo 259, de 1 de Agosto de /2007 da lei de trabalho, que diz que o controle da legalidade laboral é valorizado pela inspecção de trabalho. No exercício da actividade de inspecção deve privilegiar os empregados” (EGG).

Os Gestores dos Hotéis inquiridos consideram que os projectos de turismo beneficiam as comunidades através do emprego, pela dimensão de serviços que os hotéis e estâncias turísticas oferecem aos clientes (EGH).

Os líderes comunitários julgam que a questão do investimento no sector do turismo tende a beneficiar apenas alguns: “as comunidades não são ouvidas, muito menos beneficiam destas oportunidades... o turismo não traz mudanças nas condições de vida do povo” (ERCL).

Um dos trabalhadores, que trabalha para um hotel há 3 anos, refere que “O salário é magro; este ano houve um aumento mínimo, mas não resolveu nada em termos da sua qualidade de vida... Não consigo ter casa melhorada, tenho água cortada por falta de pagamento, tenho energia, mas pago com dificuldades. Consigo levar os meus filhos à escola, embora com dificuldades” (ECST).

Um trabalhador de um outro hotel pronunciou-se, dizendo: “não tenho subsídio de transporte e vivo longe e às vezes entro no turno das 10horas, tenho que vir de chapa ou a pé. Com o salário que tenho não ajuda a andar de chapa” (ECST).

Ainda, um trabalhador de um outro hotel expressou-se desta forma: “Não há motivação porque não há refeição. Trabalhamos desde de manhã até a tarde sem comermos nada. Por causa disto entramos às 8 horas até às 15 horas para ver se conseguimos comer alguma coisa em casa. Os trabalhadores da manutenção, alojamento, restaurante foram mandados embora, o hotel não está conseguir responder as necessidades de trabalho” (ECST).

Das perspectivas apresentadas, pode-se inferir que a empregabilidade, no sector do turismo, está longe de contribuir para a melhoria do bem-estar social da população local. A dissonância parece estar nos pontos de vista defendidos dos actores inquiridos, mas não na realidade que a comunidade local vai experimentando no seu quotidiano. Estamos, pois, perante um discurso dual, onde, por um lado, as vozes dos investidores e dos poderes públicos tendem a realçar as mais-valias sociais do investimento feito no sector do turismo; por outro lado, as vozes dos representantes da comunidade local e dos próprios colaboradores (profissionais do sector) tendem a mostrar um posicionamento contrário, sendo que, para estes, não basta ter um emprego, mas importa que este proporcione, em termos práticos, condições dignas tanto no âmbito do alojamento, como na educação dada aos seus filhos, ou, por outras palavras, que este proporcione um bem-estar social que garanta uma vida de qualidade. Esta perspectiva tende a ser similar no caso das duas comunidades estudadas.

CATEGORIA B: DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A valorização do turismo como uma estratégia privilegiada para promover um desenvolvimento social inclusivo, isto é, como uma estratégia de fixação local de competências, recursos e bens, constitui um desafio que tende, ainda, a situar-se ao nível do discurso político ou das intenções plasmadas nos documentos oficiais ou, ainda, nas parcerias estabelecidas entre governo e os investidores, muitos deles estrangeiros. Os relatos dos diversos actores inquiridos mostram este “hiato” entre o que está escrito e o que, efectivamente, se pratica:

Um gestor do Governo local, ao falar dos investimentos feitos e em curso, pronuncia-se desta forma: “As comunidades beneficiam dos projectos turísticos, há incentivos que os projectos criam para as comunidades como infra-estruturas. Temos o Centro de formação Profissional com cursos de curta duração em diferentes áreas (corte e costura, gestão de negócios) que ajuda as comunidades a criarem pequenos empreendimentos e ingressarem no auto-emprego. Recebemos uma unidade hoteleira que irá ajudar na formação das comunidades. Em relação ao salário existe uma liberalização do salário, mas desde que os empregadores observem o salário mínimo está dentro da lei e para outras categorias são objecto de negociação” (EGG).

Um outro Gestor do Governo local, ao pronunciar-se sobre o envolvimento directo das populações, em matéria de investimento no sector do turismo, afirma: “O governo procura incentivar as comunidades em pequenos negócios junto aos hotéis ou estâncias turísticas para venda de peixe, de material artesanal, mobília para bar e restaurantes, quartos e sala de jantar” (EGG).

Um Gestor do hotel, falando das condições laborais e em termos salariais, considera que “A maioria dos trabalhadores não recebe salário mínimo, recebe mais do que o salário mínimo. Os trabalhadores não têm cultura de trabalho, prejudicam aos colegas porque ele é obrigado a duplicar” (EGH).

Um Chefe da comunidade, por seu lado, referindo-se ao processo, ao modo como se fazem os investimentos e o tipo de compromisso assumido, conclui: “Para alguns investidores, o vínculo de ligação com a comunidade é no início, depois de terem a terra, o vínculo com as comunidades rompe-se” (ERCL).

Um outro Chefe da comunidade, na mesma linha de pensamento, refere que “É difícil saber porque logo que os empregadores conseguem a terra rompem o vínculo com as comunidades, rompem as promessas feitas às comunidades, não sabemos nada o que se passa e se é possível ter melhores condições de vida” (ERCL).

Ainda, um outro Chefe da Comunidade, embora enfatize o papel de apoio à comunidade, por parte de alguns investidores, conclui: “O salário que as pessoas das comunidades conseguem é pouco, com muitas dificuldades levam as crianças à escola e quando estiverem doentes, ao hospital, mas com muito sacrifício e sofrimento. Alguns investidores apoiam a equipa desportiva local, apoiam as mesquitas na época do Ramadão...” (ERCL).

Dos discursos que seleccionámos, podemos evidenciar algumas contradições. Por um lado, observamos o discurso político que afirma haver condições legislativas favoráveis a um desenvolvimento social sustentado; por outro lado, temos os representantes das duas comunidades estudadas que afirmam o contrário, referindo que, para além da fase de auscultação, ou de algumas iniciativas isoladas de alguns investidores, o que se verifica, na prática, é o rompimento com o compromisso assumido inicialmente. Há, efectivamente, um investimento visível no sector do turismo, mas, de acordo, com os líderes comunitários, quem beneficia desse retorno é, apenas, uma minoria. Os investidores, por falta de monitorização governamental, tendem a ignorar o seu sentido de responsabilidade social, ou, por outras palavras, o seu papel enquanto promotores de bases sustentáveis para valorizar e otimizar os recursos endógenos das comunidades locais.

Discussão dos resultados

Comunidades locais

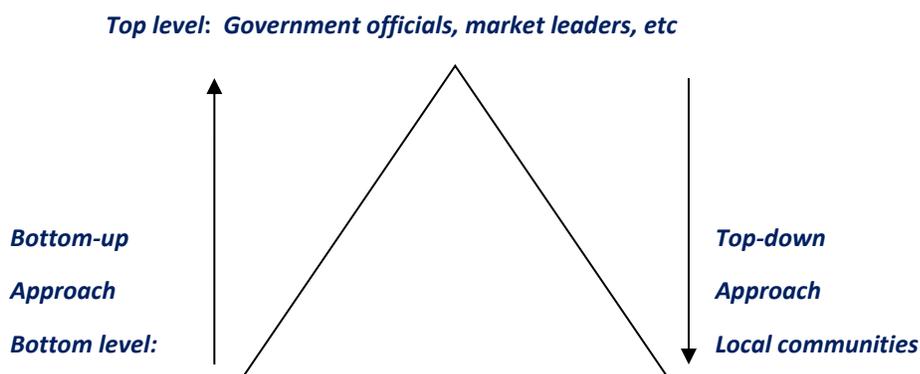
Da pesquisa feita aos chefes de postos, representantes das comunidades locais, conclui-se que os empreendedores turísticos tendem a manter o vínculo com as comunidades locais, apenas, na fase inicial dos contactos feitos para a aquisição do uso de direito da terra, o que Doxey (1976 cit. em Gartner, 1996, p.176) chamou de “Euforia”, sendo esta fase em que a comunidade local aceita o desenvolvimento de turismo e está disposta a partilhar os seus recursos naturais com os investidores em turismo. Esta fase caracteriza-se por novas oportunidades de emprego, aumento de rendimentos, intensificam-se novas construções para o turismo, tendo em vista os benefícios para as comunidades locais. Contudo, depois desta fase, o vínculo inicial é rompido e as promessas feitas às comunidades

locais desaparecem. As consultas às comunidades são feitas na fase inicial, não havendo outros contactos entre os investidores e as comunidades locais após a aquisição da terra.

A estratégia *Bottom up Approach* é uma estratégia de consulta comunitária, que tem como base a comunidade na decisão de medidas com benefícios para a própria comunidade “é um modelo usado pela União Europeia, organizações Internacionais, que requer atenção especial ao desenvolvimento sustentável em geral e mais específicas para as comunidades locais envolvidas na redução de pobreza. A estratégia significa que o desenvolvimento do turismo deve começar com o envolvimento das comunidades locais que permite habilitar as comunidades locais” (UNEP, 2005).

Nesta estratégia, a comunidade local é quem decide o tipo de turismo a ser desenvolvido na região e determina os benefícios à comunidade local (emprego, acesso a educação, e a saúde). A figura (1) abaixo mostra como funciona a estratégia:

Figura 1



Fonte: Adaptado do Manual do Turismo Sustentável

Uma abordagem diferente é trazida por Hall (2003, p.196), em que as autoridades locais devem reconhecer o papel do turismo na economia local, participando na planificação do turismo, no controlo dos recursos naturais, devendo colocar as comunidades mais próximas da procura turística e percebendo o turismo como um mecanismo de geração de emprego e oportunidade para o crescimento económico inclusivo. Todavia, para que as autoridades locais participem na planificação do turismo através das autoridades locais, é preciso que alguém lhes reconheça esse poder (Mathieson, & Wall, 2006).

Gestores dos hotéis

Os gestores dos hotéis referiram que os projectos de turismo beneficiam as comunidades, uma vez que empregam mão-de-obra local com contratos renováveis de um ano. O emprego é um dos benefícios que os investidores oferecem a comunidade local. Segundo o *Plano Estratégico de Turismo* (PEDTM- 2003-2014), considera que o emprego no turismo é uma actividade de trabalho intensivo que integra todos os

graus de habilidade, do mais complexo ao mais simples, envolvendo todas as camadas sociais. Contudo, importa ir mais além, investindo na formação e capacitação dos actores locais, de modo a promover um desenvolvimento social inclusivo.

Gestores do Governo

Para os gestores do governo local, os investimentos privados no Município de Pemba contribuem com o emprego, que constitui uma fonte de rendimento para os trabalhadores. Das irregularidades constatadas nas unidades hoteleiras, os gestores do governo afirmam que, a inspecção aos hotéis e às estâncias turísticas, é periódica e têm sido detectadas situações de incumprimento à lei, que estão sujeitas a penalizações. Para o efeito aplica-se a legislação laboral nº1 do artigo 259, de 1 de Agosto de 2007, que diz que o controlo da legalidade laboral é realizado pela inspecção do Trabalho, competindo-lhe a fiscalização do cumprimento dos deveres dos empregadores e dos trabalhadores. O nº1 do Artigo 260 atribui competência à Inspeção do Trabalho de fiscalizar e garantir a lei e as demais disposições legais que regulamentem aspectos da vida laboral, denunciar aos órgãos estatais competentes as violações relativas à norma cujo cumprimento não lhe cabe fiscalizar. Todavia, importa ir mais além, operacionalizando mecanismos efectivos de controlo e de monitorização. Como refere Copans (2010), a questão do desenvolvimento, particularmente nos países em vias de desenvolvimento, é sobretudo uma questão relacionada com as políticas desenvolvidas pelas autoridades governamentais e, ainda, com o tipo de mecanismos que o Estado aplica para regular a economia e os interesses que circulam em torno dos investimentos em causa.

Colaboradores dos hotéis

Os trabalhadores dos empreendimentos turísticos vivem nas comunidades locais de Wimbe e Marringanha e trabalham nos hotéis e nas estâncias turísticas aí situadas. Tiveram acesso ao emprego através de anúncio de vaga, rádio ou recomendação de outro trabalhador. Recebem, na maioria dos casos, o salário mínimo, permanecendo muito tempo sem evolução na carreira profissional. O salário é a fonte de rendimento que lhes permite melhorar as condições de vida. No primeiro trimestre deste ano houve um aumento mínimo sobre o salário, mas segundo os trabalhadores, o aumento não resolveu nada em termos do aumento da sua qualidade de vida. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aborda o rendimento como um dos instrumentos para o desenvolvimento humano. Contudo, devido, por um lado, a salários baixos e, por outro lado, à falta de investimento na formação e capacitação dos colaboradores, este instrumento não se revela suficientemente capaz para melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.

Conclusões

Em jeito de conclusão, das perspectivas evidenciadas dos diversos actores envolvidos, neste estudo, podemos afirmar que o Sector do Turismo, nestas duas comunidades estudadas, tende a beneficiar, apenas, uma parte interessada, os investidores. Depreende-se, pelos relatos dos líderes comunitários, que parte da responsabilidade, por esta situação, está relacionada com a falta de uma efectiva monitorização governamental.

Assim, sugere-se que os investidores, para além da consulta que, habitualmente, fazem às comunidades, importa criar estratégias que facilitem um desenvolvimento social inclusivo. Como tivemos oportunidade de reflectir ao longo deste texto, falar de turismo no quadro do desenvolvimento social, é realizar um exercício onde se combinem os investimentos económicos com a produção de melhorias da qualidade de vida das pessoas e das comunidades locais.

Um dos principais contributos, do presente estudo, inscreve-se na necessidade de investir em estratégias de participação comunitária, de modo a envolver e implicar as populações na gestão dos bens e serviços turísticos. Esta visão tende a explorar uma nova sensibilidade social e a otimizar as sinergias locais que já circulam, mas, ainda, de uma forma ténue e com escassa visibilidade. As autoridades governamentais, nacionais e locais, poderão desempenhar um papel imprescindível.

Importa, por conseguinte, privilegiar outros modos de entender e de fazer turismo, convocando para o centro do debate e da discussão o papel da **participação pró-activa** das comunidades locais nas decisões que lhes dizem respeito, por inerência do reconhecimento dos seus direitos culturais.

Este exercício prático implica investir muito mais num turismo ecológico e inclusivo, ultrapassando uma visão, tendencialmente, redutora e que se tem vindo a impor no plano geoestratégico do sector do turismo, privilegiando, principalmente, os interesses de grandes grupos económicos. O caso destas comunidades estudadas mostra e parece confirmar esta tendência.

Referências Bibliográficas

- Beni, M. C. (2003). *Análise estrutural do Turismo* (8.ª ed.). São Paulo: Editoras Atlas.
- Canastra, F., Haanstra, F., & Vilanculos, M. (2013). *Manual de Investigação Científica da UCM*. Beira: Edições UCM.
- Coltman, M. (1989). *Introduction to Travel & Tourism, An International Approach*. Printed in the USA.
- Copans, J. (2010). *Sociologie du développement* (2ª Ed.). Paris: Armand Colin.
- Chiziane, E. (2007). *Turismo e Desenvolvimento Local*. UEM- Faculdade de Direito Maputo.
- Cooper, C. et al. (1998). *Tourism: Principles and Practice* (2.ª ed.). Prentice Hall, Essex.
- Feijó, R. (2007). *Desenvolvimento Económico*. Brasil: Editora Atlas S.A.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.

- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo- Sentido e formas de uso*. Estoril: Principia.
- Hall, M. (1998). *Introduction to Tourism – development, dimension issues*. Longman: Melbourne.
- Hall, M. (2000). *Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships*. Harlow: Printed in the USA.
- Henriques, C. (2003). *Turismo, Cidade e Cultura – Planeamento e Gestão Sustentável*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Kasavana, M. & Brooks, R. (2001). *Managing Front Office Operations*. Educational Institute of the American Hotel Lodging Association (6.ª ed.). USA.
- Lea, J. (1988). *Tourism and Development in the Third World*. London & New York: Routledge.
- Lickorish, J. & Jenkins, C. (2002). *An introduction to Tourism* (4.ª ed.). Boston: Reed Educational and Professional Publishing.
- Mathieson, A. & Wall, G. (2006). *Tourism: change, impacts and opportunities*. Harlow, England: Pearson Education Lda.
- Mill, C., & Alastair, M. (2002). *The Tourism System: An Introductory Text* (3.ª ed.). Ed. Kendal/Hunt Publishing.
- Organização Mundial do Turismo (1996). *Desenvolvimento do turismo sustentável: Manual para organizadores locais*. Lisboa: Publicação de Turismo e Ambiente.
- Quivy, R. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2.ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Relatório de Desenvolvimento Humano (2013). *A ascensão do Sul: progresso humano num mundo diversificado*. Nova Iorque: PNUD.